ATA DA 55ª (QUINQUAGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Ao 01(primeiro) dia do mês de setembro de 2014, às 15h00min (quinze) horas, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Anápolis-Goiás, sob a Presidência do vereador Luiz Santos Lacerda, secretariado por: Amilton Batista de Faria Filho, Fernando de Almeida Cunha, Carlos Alberto e Pedro Carneiro da Ponte. Compareceram ainda: Dinamélia Ribeiro, Eber Batista Mamede, Eli Rosa da Silva, Gleimo Martins dos Anjos, Jakson Charles de Oliveira Diniz Serbeto, Jean Carlos, Jesus Fernandes Abrenhosa, João Pereira, Lisieux José Borges, Maria Geli Sanches, Mirian Garcia, Mauro José Severiano, Paulo Roberto de Castro Lima, Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Valdair de Jesus, Vespasiano dos Reis Gomes, Wederson Cristiano da Silva Lopes e Wilmar José Silvestre. À hora regimental o senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores presentes e a leitura da Síntese da ata anterior. A Ata completa foi colocada à disposição dos senhores vereadores. ***PEQUENO EXPEDIENTE****: Foram feitas Leituras de Correspondências e Requerimentos que foram enviados Diretoria Legislativa. Foram enviados às Comissões os seguintes Processos. 1)VEREADOR PAULO DE LIMA Assunto: Institui o programa pé na faixa no Município de Anápolis e dá outras providências. 2) PREFEITO MUNICIPAL Assunto: Autoriza a firmar convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás – SEBRAE-GO, com apoio da Fundação Banco do Brasil, para implantação do Projeto Unidade Familiar de Produção Agrícola Sustentável (UFPAS), também denominado como Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no Município de Anápolis e dá outras providências. 3) PREFEITO MUNICIPAL Assunto: Dispõe sobre a estimativa da receita e fixação da despesa do Município de Anápolis, Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2015, na forma da legislação vigente, art. 165, inciso III, § 5º da Constituição Federal. 4) MESA DIRETORA -Assunto: Dispõe sobre a concessão de outorga de*

Título de Cidadania anapolina à Senhora Gilda Leite Pereira, e determina outras providências.5) AMILTON BATISTA DE FARIA FILHO: Dispõe sobre o cadastro de empresas suspensas ou impedidas para contratar com o município de Anápolis e dá outras providências.Usaram a palavra: ***JERRY CABELEIREIRO -*** *Que fez uso do pequeno expediente para informar que buscou contato com o presidente da Saneago Júlio Vaz, a fim de obter resposta para ainda existente falta d'água em Anápolis. A permissionária do serviço de abastecimento havia se comprometido a resolver a referida situação há duas semanas, mas em determinadas regiões a situação permanece inalterada. "Sei que a falta d'água continua sendo um problema, mas o presidente garantiu que isso se deve à complexidade do serviço, ainda não concluído", disse, ao responder sobre as justificativas apresentadas pela direção da autarquia estadual. O parlamentar aproveitou para reforçar suas críticas à ausência de respaldo dos vereadores junto aos auxiliares do prefeito. Segundo as palavras de Jerry, vários vereadores não têm sido contemplados com reivindicações que apresenta às secretarias. "Tem secretário que é muito incompetente", desabafou o parlamentar.* ***ELI ROSA*** *– que cumprimentou a todos os presentes. O vereador usou a tribuna para falar sobre sua preocupação com o que tem visto nas ruas da cidade. "Muitos carros com adesivos de candidatos a deputado estadual de outras cidades. Isso é um dano para a nossa cidade. Precisamos escolher candidatos da nossa cidade para que os benefícios possam chegar até aqui". Eli Rosa disse que muitos problemas é preciso da força de deputados para conseguir, e é por isso que Anápolis precisa de pelo menos cinco deputados estaduais para que possam trazer recursos para a cidade. O vereador fez um breve relato sobre o assunto, e disse que é preciso pensar para não votar em candidatos de fora. Assim encerrou sua fala Eli Rosa.* ***GLEIMO MARTINS*** *– que cumprimentou a todos os presentes. Iniciou sua fala comentando sobre a obra que está sendo feito na Avenida Universitária. "Fui procurado por vários comerciantes da região, e então fui lá visitar a obra". O vereador comentou sobre várias reclamações dos comerciantes, e disse que a obra está terminada, o trânsito já normalizou, mas ficou a pergunta: Porque foi feita aquela obra, se nem*

boca de lobo fizeram? "Essa é uma obra que ninguém entendeu". O vereador Gleimo Martins diz que tem sido muito questionado dessa obra, e disse que fica sem saber o que responder a população. O edil disse que buscará respostas. Gleimo Martins falou que irá conversar com o pessoal da secretaria de obras para buscar respostas, e o porquê essa obra foi feita assim. Assim encerrou sua fala Gleimo Martins. ***MIRIAN GARCIA*** *– que cumprimentou a todos os presentes. Iniciou sua fala comentando sobre a fala do vereador Gleimo Martins. "Realmente precisamos entender aquela obra". Mirian Garcia falou também que já ouviu em vários meios de comunicação a respeito do mau cheiro que voltou na cidade. "Não tem condições de respirar esse mau cheiro, principalmente na parte da tarde". A vereadora pediu providências à secretaria de Meio Ambiente, pois confinamento não existe mais. "Precisamos saber o que está acontecendo e tomar as medidas necessárias". Temos que acabar com esse problema na cidade de Anápolis, falou a vereadora. Antes de encerrar sua fala a vereadora fez um breve comentário sobre um projeto que quer elaborar a respeito de se fiscalizar os cartões nas vagas de estacionamento, até mesmo para que ninguém tome as vagas destinadas aos idosos e pessoas com deficiência. Assim encerrou sua fala Mirian Garcia.* ***GRANDE EXPEDIENTE****: Usaram a palavra:* ***AMILTON FILHO-*** Que solicitou *apoio dos demais parlamentares para limitar a participação de empreiteiras que atrasam serviços em novas licitações. Conforme esboçou o parlamentar, a Câmara de Vereadores tem competência para regulamentar a necessidade de eficiência quando da contratação de serviços públicos. De tal forma acredita poder desestimular que construtoras e prestadoras de serviço se candidatem para execuções que extrapolam a própria capacidade. Para embasar sua proposta, Amilton Filho apresentou projeto de lei que prevê o cadastramento das empresas que não honram com os compromissos assumidos com o Município. De acordo com a intenção do parlamentar, serão passíveis de punição as empreiteiras e executoras de serviço público que apresentarem mais de 20% de atraso, com relação à proposta inicialmente firmada. "Temos que fazer alguma coisa. Não podemos continuar permitindo que essas empresas que não dão conta de executar um serviço possam*

*livremente se candidatar a outros", justifica. Na proposta de Amilton Filho a suspensão valerá de acordo com a gravidade do fato, devendo ser estendida a todos os órgãos da administração pública local, tanto do Poder Executivo, quanto do Legislativo. A contratação de serviços por parte do poder público é regulada pela Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe sobre a possibilidade de aplicação de punições.**JAKSON CHARLES** - Começou sua fala despontando as prioridades na Gestão do Ex- Prefeito Gomide, disse que o Prefeito deixou o Governo com um ótimo índice de aprovação e elogiado por todos vereadores e pela população Anapolina. O vereador citou os pontos que determinaram o seu desempenho. E falou que mais duas área merecem destaque na Gestão do ex-Prefeito, Educação e Saúde. Na educação disse que foi priorizado desde a alfabetização Infantil até a Alfabetização para Jovens e Adultos – EJA. O vereador fez um relato sobre Alfabetização para Jovens e Adultos, que ficaram gravados nos áudios –vídeos da Casa . E repudiou a redução e extinção do EJA em algumas Escolas Municipais e a Ameaça na extinção da figura do coordenador pedagógico na alfabetização infantil nos SEMEIS. Disse que isso servirá apenas de dissimulo aos alunos que depois de muitos anos decidiram retornar aos estudos e transferi-lo para outras Escolas onde não for alcançado esta meta ridícula será dissimulante. Disse o vereador que queria aqui repudiar estas duas ações que no seu entendimento são retrocessos e divergem totalmente com a visão da administração anterior. Que sempre foi priorizar e ampliar os investimentos na educação. Solicitou aos nobres pares que fiquem atentos.Por não ter mais tempo, o vereador encerrou sua fala , dizendo que reconhece que algumas adequações são necessárias serem feitas. Mas que vão buscar então. A administração centralizada da Educação tem mais de cem professores trabalhando, porque não tirar esses professores de lá e colocar em sala de aula. Por fim citou uma frase de Alexandre Garcia "O ensino é o reconhecimento que liberta o ser humano. **JEAN CARLOS**. Começou sua fala dizendo: Na justiça comum nós temos uma previsão do Processo Civil, chamado Juiz de Prevenção. Quando alguém protocola algo primeiro se observa aquele protocolo, para definir a competência do Juiz. Então nesse caso*

específico no qual a convocação do secretário do meio ambiente, nós por bom senso deveríamos pensar no requerimento e pedido dele. Porque se ele quisesse antecipar seria de bom se ele pudesse ter me procurado, porque não? A convocação eu não quero que pese para ele como constrangimento não. Quero que ele tenha nisso uma oportunidade de apresentar para nós o que ele prometeu na Audiência de Prestação de Contas e não enviou. Está gravado, que ele disse que iria encaminhar para nós o cronograma de obras, mas não foi enviado. Então essa antecipação me cheira muito mais a uma manobra por parte dele, que é um voluntarismo, uma coincidência o que ele tentou dizer. De qualquer forma o que nós queremos é a presença dele mesmo, para esclarecer uma série de demandas. Quero chamar a atenção de vossas excelências, como todos sabem iniciou hoje o Programa do REFIS 2014, após aprovação desta Casa mais uma oportunidade para os contribuintes inadimplentes da fazenda pública municipal, de colocar em dia esses seus débitos. Eu chamo atenção porque nós podemos aqui de forma singela, não foi o que pretendíamos, mas contribuir em parte com a melhoria da Lei, que foi ampliar o prazo que seria de trinta dias para no mínimo sessenta dias. E também nós fizemos constar e essa Casa aprovou por unanimidade, aquelas situações em que a execução judicial da oportunidade ao contribuinte carente, pobre, de requerer a assistência judiciária gratuita, que é um direito consagrado constitucionalmente. Isso foi constado na Lei Municipal que aprovamos. Eu chamo a atenção para os ouvintes para que possam transmitir essa informação as pessoas efetivamente carentes, que são aquelas que realmente necessitam da isenção do deferimento das execuções judiciárias gratuitas. Porque muitas vezes, o tributo especificamente é insignificante, mas a menor custa judicial é cento e poucos reais, eu não lembro agora. Isso além do honorários educativos que como nós já dissemos, da minha parte e aqueles que não houve licitação, eu considero irregular a cobrança e ainda haveremos de chegar ao ponto de conquistar. Aí nós estamos avançando, já foi um avanço reconhecer um direito a todos os contribuintes. Todas as pessoas carentes podem pedir a execução judicial gratuito mediante os documentos necessários. Em outro assunto o vereado falou que,

depois de quatro meses acompanhando uma situação em que determinada pessoa, vinha se valendo de telefonemas para tentar a intervenção da postura, da fiscalização da postura em relação à perturbação do sossego, diante de uma situação insuportável, eu mesmo entrei em contato na fiscalização de postura. O vereador disse :" E ontem, propriamente às 20h18min depois de mais de dez, quinze chamadas, eu consegui falar. Mesmo falando, eu sequer tive a minha ocorrência registrada. O ano passado eu defendi a fiscalização de postura, mas ontem eu tive uma tremenda decepção, pois mesmo me identificando não tive nenhuma resposta. A minha ocorrência só foi registrada quando liguei pela segunda vez depois de uma hora do primeiro contato. "Acho que o plantonista achou que eu estava brincando, só pode". Quero ressaltar aqui que tenho um carinho por aquele órgão, mas não registrar uma ocorrência e não dar ouvidos, isso não pode. Hoje encaminhei uma série de requisitos para aquele órgão. Aqui no novo código de postura que aprovamos tem tudo explicado sobre como fazer a fiscalização e até onde vai o limite. É preciso mais fiscalização, pois a população paga pelo serviço público. Fiz uma série de questionamentos aqui, e peço ao senhor Manoel que me fale qual foi à escala dos funcionários do mês de agosto e quantos funcionários fazem plantão e os aparelhos usados. São muitos questionamentos e quero respostas, porque o plantão da postura não pode deixar de funcionar. O vereador foi Aparteado pela vereadora Mirian Garcia que expôs sua opinião contribuindo com sua fala. Ao retomar a palavra, Jean Carlos disse que levará o caso ao Ministério Público, e sem mais tempo encerrou sua fala. ORDEM DO DIA: ***- EM PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO: Foram aprovados por unanimidade de votos os seguintes Processos:*** *1) Processo de nº 056/2014 = WILMAR SILVESTRE Assunto: Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Anapolina a João Batista Pitaluga Sobrinho, e determina outras providências. (Constituição/Justiça; Educação favoráveis ao projeto). 2) Processo de nº 059/2014 = MESA DIRETORA -Assunto: Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Anapolina a Alzino João Ribeiro e determina outras providências. (Constituição/Justiça; Educação favoráveis ao projeto).E nada mais havendo a ser*

tratado o Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando-se outra para o dia 02 de setembro em horário regimental. Para constar eu Mariza Carneiro de Medeiros, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa.